

O TERRITÓRIO DOS ARQUITETOS

Vítor Murtinho

Doutor em Arquitetura, Universidade de Coimbra
Docente do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra

vmurtinho@uc.pt

João Paulo Cardielos

Doutor em Arquitectura pela Universidade de Coimbra
Docente do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra

jcardielos@uc.pt

Resumo

Há uma efetiva indissociabilidade entre a arquitetura, a perceção dos espaços e os territórios onde elas se manifestam. Por outro lado, qualquer intervenção que vise a criação ou manipulação do espaço, qualquer arquitetura, tem subjacente uma ideia capaz de a fazer integrar plenamente o território, construindo ou afirmando aí um novo lugar. As paisagens, enquanto produtos culturais, naturais ou artificializadas, constituem-se como terrenos férteis para o homem dar largas à sua imaginação, para cada sociedade dar forma e congruência às suas necessidades. Olhar o território como simples suporte, impõe como evidência que o mesmo se oferece como matéria-prima para modelação por diversos sujeitos profissionais. Importa por isso refletir até que ponto, dadas as especificidades que interessam a todas essas sensibilidades autorais, existem especificidades que se fundem, ou que alternativamente distinguem valores disciplinares próprios da Arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura. Território. Paisagem.

THE TERRITORY OF ARCHITECTS

Vítor Murtinho

Doutor em Arquitetura, Universidade de Coimbra
Docente do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra
vmurtinho@uc.pt

João Paulo Cardielos

Doutor em Arquitectura pela Universidade de Coimbra
Docente do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra
jcardielos@uc.pt

Abstract

There is an effective inseparability between architecture, the perception of spaces and the territories where they manifest themselves. On the other hand, any intervention aimed at creating or manipulating space, any architecture, has an underlying idea capable of making it fully integrate the territory, building or affirming a new place there. The landscapes, as cultural products, natural or artificial, are fertile land for man to let his imagination run free, for each society to give shape and congruence to his needs. Looking at the territory as a simple support imposes as evidence that it is offered as raw material for modeling by different professional subjects. Therefore, it is important to reflect to what extent, given the specificities that interest all these authorial sensibilities, there are specificities that merge, or that alternatively distinguish disciplinary values specific to Architecture.

Keywords: Architecture. Territory. Landscape.

“Le Territoire est à la mode.”

André Corboz, 2001, p. 209

Na sua essência, a arquitetura assenta na possibilidade de transformação do espaço. Esta atividade, basilar no âmbito da existência humana, adquire uma particular importância naquilo que teve a ver com a subsistência humana e, posteriormente, no desenvolvimento da qualidade de vida. Se, no princípio, se admite facilmente que os seres humanos apenas se tenham ajustado ao mundo que os cercava, muito rapidamente desenvolveram estratégias e implementaram processos, e tecnologias, para adaptarem o mundo de modo a melhor satisfazerem as suas necessidades e aumentarem os seus níveis de conforto. Na sua génese, ainda antes das cidades, os bosques e terrenos agrícolas tornaram-se depósitos de fadigas, ajudaram a dar seguimento a um processo que redundou em coisas construídas, funcionando como testemunho de valores como o de memória e o de artefactos de permanência (ROSSI, 1977, p. 40). Nesse sentido, a existência dessa arquitetura primordial é fundamentada num princípio básico de intervenção humana. Perante um determinado espaço só teremos presente a arquitetura se, em qualquer momento, tiver havido uma ação humana de transformação, que estabeleceu a artificialização daquela paisagem (ROGER, 1997, p. 11-30).

Art and Architecture have in the course of their long histories repeatedly had recourse to nature as a paradigm for their activity. Even if art and architecture are, and have always been, exercises of abstraction and cultural artificiality — a dream, a wish is in many moments present: the aspiration of addressing a potential project that is ‘natural’ beyond artifice. (MATEO, 2007, p. 7).

A arquitetura, qualquer que seja a sua forma de concretização, está intimamente ligada à paisagem e ao território. Se à paisagem pode ser associada alguma volatilidade, surgindo historicamente relacionada com os modos de ver, já o território, elemento disciplinar e particular da arquitetura, é um campo específico, ainda que muito diversificado.

Até há bem pouco tempo atrás, utilizando uma lógica meramente contemplativa, podíamos interpretar um lugar aplicando-lhe uma qualquer noção de paisagem. Esta noção pressupunha um olhar humano sobre a realidade circundante, quer ela fosse de natureza rural ou urbana. Em arquitetura, o espaço de intervenção que é alvo de escrutínio tem sobretudo associada uma carga transformadora que, na sua génese, articula ciências físicas e dinâmicas culturais. Se subsiste a

presunção de que o ponto de partida será a realidade e o ponto de chegada tem como fim a vivência das pessoas, a verdade é que, sob uma perspectiva atual, a génese do assunto parte de necessidades humanas que, objetivamente, deverão respeitar, compreender e integrar as dinâmicas da natureza. Nesta perspectiva sensível, o problema obriga-se a considerar questões de ciências físicas e humanas, sendo imprescindível estabelecer ponderações numa operação que se apresenta como deveras complexa.

No início do século XVIII, sob um consistente processo de valorização das leituras contemplativas, que acompanhavam a descoberta científica das realidades geofísicas, foram desenvolvidas pesquisas pictóricas que se debruçaram sobre o mundo natural, com ênfase nas questões da paisagem. Nela se cristalizaram conceitos estéticos como o de belo e o de sublime. Essa aprendizagem derivou na prática artística designada de pitoresco, e na conseqüente inclusão no movimento romântico. Por sua vez, se os românticos exaltavam a capacidade de modelar virtuosamente a natureza, já na sua seqüência os naturalistas se mostraram, recorrentemente, inferiores e incapazes de a assimilar e manipular com a desejável paridade (PASCOAIS, 2005), subalternizando-se a essa *ordem biológica absoluta*, que não ousavam tocar. A valorização contemplativa do mundo natural, com as suas imperfeições e assimetrias, abriu espaço para exercícios de aprimoramento, mantendo-lhe as espontaneidades, mas também para projetos modeladores e transformações vigorosas da realidade, que a história da arte dos jardins, ou as novas capitais dos príncipes europeus – entre tantos outros exemplos – ilustram de modo exemplar. Esta dualidade de ações, de matriz marcadamente poética, possibilitou o enfatizar – pondo em evidência – das qualidades de inúmeras paisagens naturais reais, mas também a sua recomposição de modo pitoresco, em paralelo com o deslumbramento perante cenas mais universais, ou sublimes. Assim, inicialmente por intermédio da pintura e, mais tarde, também pela fotografia e pela cultura fílmica, geraram-se sinergias que suscitam a pluralidade presente de imagens ativadoras do deleite — ou *agrément*, do discurso filosófico de suporte francófono. Todas elas convidam à valorização dos sentidos e à estimulação de emoções, desde os exemplos primordiais como é o do *grotesco nos jardins de Bomarzo*, com as suas *follies* vagamente culturais de influência mítica ou mitológica, até à estimulação puramente sensorial e emocional próprias dos exercícios de autodescoberta, onde se colocam em evidência o deslumbramento e o êxtase, o medo, ou mesmo o terror. Na verdade, utilizando-se o pretexto de desfrutar de uma natureza circundante, estavam-se a colocar no centro destas construções espaciais, de facto, as dinâmicas filosóficas e culturais, que acabariam por convergir nos

campos social e comportamental. Acompanhando o crescendo de uma realidade discursiva que afasta progressivamente os valores simbólicos e as crenças religiosas, a argúcia dos espíritos mais lúcidos aparece cada vez mais associada às apreciações racionais, baseadas em discursos científicos. Perante a solidez dos movimentos intelectuais iluministas e racionalistas, desenvolveu-se uma corrente que acabaria por transportar, para o campo artístico, um tipo de concretizações e de análises que passam a exprimir e avaliar a realidade segundo patamares de percepção e sensibilidade. Aposta-se agora em dualidades que, na sua génese, têm foco na arte do espaço e na ciência da natureza. A concretização das representações da natureza passa a ser encarada como resultado de um processo consciente, cultural, com uma disseminação personalizada ou coletiva. Uma delas, com potencial mais artístico e ligado à designada *natureza naturante*, e uma outra, com uma matriz mais racional, associada à *natureza naturada* (PÉRIGORD, 2012, p. 26).

Com base na poética ou no mais puro racionalismo, desbravam-se conceitos e experimentam-se juízos operativos, que conferem ao território dos arquitetos e dos geógrafos dimensões que transcendem a sua materialidade, e que se projetam em conceções abstratas, pessoais e delicadas. Os ambientes que carregam em si alguma presunção de conforto ou de hostilidade, são um dos modos requeridos para ajudar à transformação retórica dos territórios enquanto paisagens. No fundo, a segura da descrição técnica de espécies e morfologias do espaço físico, possibilitam a abertura suficiente para a sua transformação em locais de vivência e de experientiação. O trabalho desenvolvido por Robert Smithson, a partir dos finais dos anos sessenta do século passado, naquilo que designamos Land-Art (SMITHSON, 1996), constitui um sério e incontornável testemunho de um processo que elege o espaço físico, convenientemente transformado, como local de concretização de discurso crítico e de reconsideração do espaço como obra de arte.

Qualquer ideia de espaço deve ter subjacente a possibilidade contemplativa, mas, em arquitetura, a relação funcional é premissa inicial e fator determinante, não exclusivo, de avaliação. Na presunção da necessidade e da subsequente resposta, objetivamente funcional, a arquitetura deve assegurar níveis de orientação que balizam a intervenção responsável. De modo estruturante devem ser tidos em consideração, esquematicamente, os aspetos geográficos sobre o território, o topográfico sobre o circundante e o do objeto (GREGOTTI, 1994, p. 53). Este modelo, percorre vários tipos de escalas, envolvendo problemas diferenciados que,

globalmente, refletem uma boa parte dos dilemas e das questões subjacentes. No desenvolvimento de qualquer proposta de edifício existe um contexto amplo que afere, desde o espaço orgânico exterior até ao interior da construção. Estas dinâmicas, se respeitadoras das preexistências naturais, dão uma ênfase particular ao edificado, não se limitando a considerá-lo na sua relação ambiental como uma questão de figura-fundo. Por norma, estando qualquer construção alavancada a partir do solo, torna-se determinante a sua relação com o sítio. Na maior parte dos casos, não sendo o edifício uma mera incrustação, emergem nesse ato possibilidades de criação de novas atmosferas, ajudando à redefinição do sítio enquanto lugar (GREGOTTI, 1994, p. 55; RIVAS SANZ, 1992, p. 31). Como ocupação, a arquitetura tende a tratar o território como somatório de parcelas que podem ser destacadas, decorrentes de processos de análise urbana e em função das conveniências, levando à perda de um sentido mais global. Este é claramente um equívoco associado à prática disciplinar, já que se torna relevante que, em arquitetura, o edificado não pode ser trabalhado como um material asséptico, que não influencia nem contagia os espaços ou territórios adjacentes. Todo o lugar manifesta influências, resultantes de interações e reciprocidades, refletindo mutações, contaminações e colagens, induzindo a um conjunto de leituras, que constituem a base da formação da identidade de cada território. A hibridez cumulativa é registada no palimpsesto onde se fundem geografias do lugar, biofísica e artificialidade, em simbioses que só uma recomposição holística pode hoje validar.

La ciudad plural exige un orden abierto, donde esa multiplicidad pueda mostrarse, incluso configurara su propia planta, su morfología característica, a través de un esfuerzo crítico. El conocimiento, cuyo origen está en la admiración y el afecto, hacia las cosas, convierte en paisaje el caos del laberinto urbano. Allí aparece el lugar recuperado, asociado a la posibilidad de un proyecto urbano moderno (RIVAS SANZ, 1992, p. 201).

Se ao território fica reservado um conjunto de propriedades mais assertivas, mais estáveis, já na amplitude das paisagens cabem os suportes que legitimam construções sociais e definições de cultura. Nalgumas avaliações de paisagem interessarão, sobretudo, os lugares legíveis sob os filtros da visualidade, as descrições dos olhares motivados por relações sociais com o espaço exterior, mais do que os pressupostos científicos, geológicos ou botânicos. Numa apenas aparente volatilidade das paisagens, pressentimos todas as tensões que dão corpo às interpretações sensíveis do mundo que nos rodeia. Perante todo um manancial de redes estruturantes que dão sentido e coerência ao território, a paisagem é uma concepção e um instrumento operativo, mediador entre a natureza, as coisas — artefactos construídos — e as



peças. Nessa lógica, uma ideia de paisagem oferece, certamente, uma robustez utilitária de mediação eminentemente social. Contudo, importa recordar que a integridade das paisagens está perdida, exatamente na mesma medida em que a integridade e compreensão coerente das morfologias urbanas clássicas já não é possível.

No mundo ocidentalizado, hoje, as paisagens rurais ou urbanizadas estimulam paritariamente processos transformadores, tanto quanto são objeto dos mais íntimos desejos de criogenização. Uma leitura estática e protetora do património, e a subsequente patrimonialização dos objetos construídos, e um pouco mais tarde das paisagens, tornou-se um problema difícil de tratar no quadro simples do projeto.

Para além dos estratos geofísicos e biológicos que caracterizam as paisagens, elas contêm a matriz híbrida que induz a um estado de polissemia. A paisagem tem subjacente uma energia marcada por questões de índole multissensorial. Nessa amplitude de estímulo dos receptores sensoriais, a paisagem redundou num portador globalizante que tem como objeto o registo das relações humanas, e destas com os elementos da natureza. Numa ótica tanto idealizada como realista, a paisagem permite avaliar o testemunho e o contributo de cada geração, ajudando a consolidar a construção de um património comum, transmissível e vivo, que está em mutação constante. Em tempo presente, o meio circundante apresenta-se como algo que pode e deve ser sistematicamente posto em causa, avaliando o *status quo* e percebendo quais são os potenciais de mudança, ou de adequação a outro tipo de necessidades, respeitando patrimónios existentes e deixando aberta a possibilidade de outros horizontes, justificados pelas perspetivas que se abrem para o futuro.

Tendencialmente, pode-se encarar a paisagem como um campo de batalha onde a inteligência humana se confronta com as leis da natureza, dando azo a adaptações decorrentes dos processos, cíclicos, da ação do meio ambiente, ou dos atos humanos, concertados, conscientes e transformativos. Atendendo à evolução das conceções de paisagem, na nossa cultura ocidental, podemos encontrar registos da sua valorização em momentos tão distantes como o Renascimento. De facto, isso acontece sistematicamente, gerando situações em que os esforços metódicos de representação objetiva dos espaços, ou os processos descritivos de todo um novo mundo, se colocam como necessidades imperiosas, como aconteceu em resultado das viagens dos Descobrimientos. Todos estes esforços, principalmente devido à invenção da imprensa, encontraram um meio simples, diversificado e universal, para a sua difusão, permitindo

sobretudo que, por via do desenho ou da escrita, exista testemunho eficiente para a difusão da informação compilada sobre os diferentes territórios. Naqueles casos, as paisagens foram congeladas, podendo vir a ser revisitadas em tempos próximos ou distantes. Nessas situações, aqueles registos funcionaram em termos de memória futura. A representação objetiva proporcionou o palco para a criação de protocolos de visibilidade, estabelecendo-se relações diretas entre concepções e real com determinados desenhos ou pinturas. Estes artefactos, como verdadeiras manifestações simbólicas com valor análogo ao da cópia, criaram condições para, paralelamente e em simultaneidade, se gerarem metodologias que poderiam ir mais longe, ludibriando as percepções e conjecturando representações em que o desenhado era desviante, relativamente ao visionado. No caso das atmosferas desenvolvidas pelas dinâmicas do Barroco, são explorados limites quer na arquitetura, quer na pintura – e também na arte dos jardins históricos e das paisagens, por exemplo, do francês André Le Nôtre, no século XVII, ou do britânico Lancelot 'Capability' Brown, no século seguinte – que permitem a dilatação ou a contração do espaço, gerando equívocos – como a ilusão de ótica e os 'trompe l'oeil' – e distintos enganos dos olhares. Esta problemática é explorada magistralmente nos aspetos da aparência, das anamorfoses e dos mecanismos da ilusão – Le Nôtre será, nos espaços naturais, o mais exímio e virtuoso dos mestres, e Vaux-Le-Vicomte é o jardim 'paraíso' de todas essas ilusões, sem quaisquer associações alegóricas. Todo este trabalho se deve, sobretudo, à invenção *brunelleschiana* da perspetiva no século XV, acreditando-se que nas mensuráveis dimensões do comprimento, da largura e da profundidade, se espreiavam as medidas necessárias para a consagração de todas as *dimensões conceptuais* do espaço. Estas técnicas, ao poderem ser vertidas em desenho, fizeram acreditar aos agentes manipuladores do espaço estar na posse suprema dos métodos de representação, convencendo-os de que eram detentores dos processos e das razões que sustentavam todas as artes. Nos tempos do Renascimento aprimoravam-se os processos artificiais de reproduzir o mundo, reconhecendo que, com o recurso a entes geométricos abstratizantes, se conseguiriam imitar todos os processos, que se poderiam apresentar como equivalentes, dando origem a uma outra realidade. O olhar perspético, com o qual Leon Battista Alberti demonstrou sob a forma de procedimento geométrico inabalável a representação planar de um mundo, que na sua essência, como bem sabemos, tem rugosidades (CAUQUELIN, 2008, p. 125). Para isso, usando a conjugação de efeitos de luz/sombra e de um sistema complexo de convergência de linhas, criou um mecanismo ilusório — a perspetiva — que escancarou limites, conceptualmente permitindo a transposição para o plano de representação.

As imagens e as representações que as suportavam, sendo produtos intelectuais, obtidos com rigor e artifício, transformaram a arte da perspectiva numa verdadeira *forma simbólica* (PANOFSKY, 1993). Com obstinado rigor e olhos diligentes, fabricaram-se imagens de contentamento e construíram-se espaços de sedução, ensaiando-se harmonias que iludiam os sentidos e criavam aparatos técnicos, que validaram as construções mentais e deram réplica à realidade. Estabelecidos os códigos de compromisso, os entendimentos estavam balizados por princípios e regras geométricas que davam sentido e ordem à realidade que se apresentava segundo e ao olhar. De modo paulatino, caminhava-se para um processo seguro de estabelecimento das leis que *regem a natureza*, sabendo de antemão que esse exercício de *racionalização é uma forma de desencantamento do mundo, porque imputa às ações humanas e às leis naturais o que outrora era atribuído aos deuses* (ASCHER, 2012, p. 24).

Se observarmos a realidade atual, será difícil encontrar no mundo ocidental porções de espaço que não tenham sido alvo de intervenção humana, quer ao nível das transformações morfológicas quer ao nível dos cobertos vegetais. Nesse aspeto, esta dinâmica dupla de *artificialização*, submetida ao binómio cultura e natureza (ROGER, 1994, p. 16), faz com que as paisagens, tal como hoje se nos apresentam, contenham inequivocamente um carácter geográfico, na sua essência, e que sejam simultânea e evidentemente o reflexo de uma espessura antropológica. Ao longo processo transformativo vão-se acumulando camadas, tanto resultando dos processos naturais dos ciclos botânicos e biofísicos, como de resquícios múltiplos e sedimentações, deixadas por incremento humano (DOMINGUES, 2001, p. 56). Estas dualidades espelham aquilo que seria desejável, a existência de um processo regenerativo da natureza compatibilizado com uma ação humana qualificada. Este modo de ação, idealmente conjeturado, satisfaria tanto os princípios de respeito pela natureza como os de garantia de cordialidade com a espécie humana. Esta metodologia de procedimento constitui, na sua génese, um princípio imutável de sustentabilidade, assegurando a harmonia do homem com o meio onde está inserido e, seguramente, ativo. Não pretendendo publicitar qualquer lógica balizada por princípios de nostalgia, aquilo que emerge é sobretudo a possibilidade de enquadrar modos de vida com um património paisagístico que se pretende salvaguardar, resguardar e continuar a transformar. De modo assertivo pretende-se enfatizar uma dinâmica conservativa mas com abertura suficiente para a mudança, condicionada por valores éticos e por garantias prováveis de reversibilidade. Em qualquer processo transformativo constitui questão primordial – especialmente hoje – a satisfação de modos e alterações que não

crystalizem os resultados em situações de irreversibilidade. Neste aspeto, interessa sobretudo valorar posições equilibradas em que o ímpeto necessário de progresso não colida, desnecessariamente, com o património cultural, que é mediador da memória e identidade – e que nem sempre, e em absoluto, assenta nos fatores antropológicos, como bem sublinha o *suburbanismo* de Sébastien Marot, quando nos incita ao cultivar de uma *memória dos lugares* (MAROT, 2003, p. 32). É inevitável o reconhecimento sistemático do sítio enquanto material operativo, com valor intrínseco, e a consciencialização de todo um lastro histórico que, certamente, constitui conhecimento que pode, e deve, ser um ativo operacional em qualquer dinâmica interventiva. Nessas condições, é importante uma visão de olho de pássaro — ou de satélite —, que ajude à perceção de uma leitura global com menor ênfase sobre as particularidades e os detalhes, favorecendo uma leitura mais integral. Esta perceção abrangente é muito importante, apesar de ser fundamental assumir que a paisagem, qual protocolo natural/artificial, não se esgota no olhar sobre os objetos, tratando-se de um produto mais profundo, que corresponde a algo *que faz parte da realidade das coisas* (BERQUE, 2016, p. 49) — pelos menos em todas as situações que este autor identifica como *sociedades paisagistas*. Se existe uma dualidade que define dois pontos distantes que envolvem o sujeito e os objetos, não será possível entendê-los de modo diferenciado, como se estivessem ligados a níveis distintos de realidade. A subjetividade do sujeito observador não se opõe à materialidade das construções e das paisagens. É salutar ver estas duas partes de um mesmo contexto físico, onde a interação ocorre, onde se desenrolam tempos e espaços, permitindo ao ambiente um papel que transcende o de uma mera embalagem, e onde se possa certificar que a realidade criada é resultado da nossa imersão e juízo, determinado, intencional e consciente, sobre um território específico.

Existe sempre mais paisagem para além do nosso horizonte estático. O espaço deve ser lido como um *continuum*, sem intervalos ou pontos de descontinuidade. Trata-se de um espaço que geograficamente é quase sempre orientado para o contexto presente, tendo subjacente uma interligação estruturada segundo laços que são o produto de vínculos humanos dinâmicos. Sendo a história uma construção, é importante saber descodificar e exaltar características que conferem a cada local um nível de particularidades que o torna num espaço irrepetível e, por isso mesmo, passível de distinção. Em cada espaço vão emergindo detalhes que consolidam o carácter típico de cada zona ou região, permitindo a formação de tessituras que ajudam a formar uma impressão do território.

Os processos evolutivos, as sucessivas matrizes preexistente que constituem o palimpsesto, decorrem de leituras que se estruturam a partir do conhecimento histórico, que não será necessariamente erudito, pois também a experiência vernacular e as ações populares constituem registo histórico, cultural, não negligenciável, e devem ser encaradas conjuntamente com vista a conformar a consciência, permitindo melhores instrumentos de apoio à decisão política e à implementação de ações transformativas. Enquanto conhecimento, a história é um instrumento operativo que contribui para uma melhor perceção dos problemas. Não sendo vinculativo, o domínio da história pode ser assumido como uma tomada de consciência, correspondendo a um caminho que, desejavelmente, se deve percorrer antes de qualquer processo decisório. Um caminho ou um corredor que se percorre, paralelamente em tempo de criação, mas que não permite permanência. A história fornece dados e pistas para encontrar uma solução, mas *não ensina nada acerca da arte de caminhar* (GREGOTTI, 1994, p. 139) O caminhar deve interpretar-se aqui como ato intelectual de resistência, pois *o caminho faz-se caminhando*, referenciando-se aqui o verso do poema *Provérbios y Cantares* de Antonio Machado — *Caminante, no hay camino, se hace camino al andar* — mentor do modernismo espanhol de resistência (MACHADO, 2012, p. 130), e não se compadece com qualquer forma de submissão retroativa.

Em arquitetura qualquer ação é implicitamente transformativa. Na prática, sendo algo que é intrínseco à natureza dos arquitetos, da sua visão do espaço, dos artefactos construídos ou a construir, tem subjacente um potencial regenerador. Na sua génese a arquitetura inicia-se pelo projeto, dando a este processo um sentido figurativo e de simulação. A sua concretização deve encarar-se como o resultado de uma elaboração mental, que apenas é consumada na sua materialidade física. No cômputo geral, para os arquitetos, estejam estes ligados ao edifício, ao espaço urbano ou ao desenho da paisagem, o território é uma evidência que lhes interessa, sempre, numa vertente interventiva. Não devendo nunca secundarizar as questões históricas ou evolutivas, aos arquitetos são pedidas, normalmente, competências de diagnóstico, concretizadas na forma de proposta transformadora. Na génese da atuação deste agente criativo, que é o arquiteto de ambientes e de espaços, é expectável uma resposta crítica sobre a envolvente, materializada através de um projeto. Ou seja, neste restrito contexto, o território será, aparentemente, menos importante naquilo que se conserva e mais valorizado na definição de uma provável identidade sonhada/desejada (PÉRIGORD, 2012, p. 15). Na lógica da produção arquitetónica, o território apresenta-se como um espaço laboratorial aberto a uma

permanente regeneração, com potencial eminentemente (re)habilitativo, mas que é hoje, também, co-criação e reinvenção. Para estes exímios manipuladores do espaço, a paisagem rural, ou a urbana, apresentam uma estrutura compósita onde lhes é permitido desenvolver novas combinações, sempre reguladas e enquadradas por prévios preceitos regulativos ou normativos. Estas paisagens que outrora apresentavam características e envolvimentos distintos, tendem para alguma hibridez, tornando-se difícil estabelecer com rigor fronteiras, ou uma curial definição que não encontre territórios imprecisos, nem anuncie o rural como algo mais conceptual do que real. O novo rural será urbano, *indoor e outdoor*, mas de modos totalmente distintos — hidropónicos, biónicos, entre tantos outros sistemas orgânicos, e sempre matricialmente naturais, que já estão operacionais e a dar resultados produtivos e economicamente viáveis.

Pela sua natureza, as propostas arquitetónicas correspondem a processos vinculativos que geram tendências, correspondem à prossecução de estratégias e geram oportunidades. Enquanto processos eventualmente transformativos e artificializantes, as arquiteturas devem responder a desígnios dentro de limites da desenhabilidade. Estes limites, sustentados por questões de ética ambiental, devem constituir processos abertos que assegurem a compatibilização com figurações operantes que respeitem a memória dos lugares, os equilíbrios ecossistémicos, e devem sobretudo permitir desenvolvimentos equilibrados e harmonizados com a natureza. Será primazia de qualquer intervenção ambicionar a *um mínimo de modificações para encontrar um mínimo de resistência* (GREGOTTI, 1994, p. 100).

Ao mesmo tempo que as fronteiras se diluem, onde as reinvenções ativas da periurbanidade e da rurbanidade se constituem como bons exemplos, na ordem dos discursos, assumem particular destaque os atos que, na sua raiz, propagandeiam valores de ecoeficiência, ecologia e de respeito ambiental. Na maior parte das práticas, os arquitetos direcionam os seus esforços para a lógica de consideração dos espaços, sabendo que estes podem ser caracterizados por uma ausência de corpo, que reconhece nas massas as fronteiras satisfatórias à sua consumação. Tendo consciência da importância que o ambiente pode ter no desenvolvimento e na concretização das arquiteturas, é sedutor pensar que a disciplina existe para além das vivências, das funções e da sua vontade de ser arte (ZEVI, 1977, p. 28). Contudo, não deveremos esquecer que, até hoje, subjacente a esse propósito, sempre prevaleceu a submissão das práticas disciplinares aos valores economicistas, da determinação do uso do solo, da capacidade de carga

deste último e do seu valor objetivo de renda, como suportes de todas as operações transformadoras em arquitetura.

Na relação dos arquitetos com o espaço, que é de natureza dinâmica, eles trabalham sempre num tempo presente, tendo consciência que, mais do que admirar contemplativamente qualquer enquadramento, é muito útil o percurso e o movimento, ou a leitura do tempo — que não pode ser apenas o linear e cronológico, mas deve ser também o tempo cíclico das estações e dos ciclos biofísicos e biológicos. Complementarmente, é determinante a percepção dos tempos passados e futuros, é algo sempre muito privilegiado, a sucessão dos acontecimentos históricos e os posteriores impactes nas vivências de gerações futuras. A arquitetura e as suas manipulações com espaço são estruturadas a partir do passado e serão estruturantes nos tempos vindouros. Os territórios, as paisagens, apresentam-se aos arquitetos como uma matéria potencialmente moldável, ajustável a necessidades conjunturais ou a desígnios estruturais. Os sítios, os locais eleitos para as transformações, correspondem a depósitos de registos e heranças, que mesclam as paisagens num misto de património, de emoções e de expectativas. Perante uma qualquer possibilidade de intervenção num determinado espaço, ou somente perante o seu usufruto, torna-se questão essencial a captação do *espírito do lugar*. Esta identidade particular, designada como *genius loci* é um modo de validar um território, reconhecendo-lhe aspetos peculiares que o tornam irrepetível e digno de enaltecimento (NORBERG-SCHULZ, 2000, p. 55). Esta propriedade constitui uma característica abstrata, não palpável — embora seja percecionada e de base intuitiva, com fortes possibilidades de experimentação e exploração abductiva, ao nível dos comportamentos e da fenomenologia da percepção — que incorpora questões visuais, emocionais, perceptivas ou históricas, e é muito importante para a formação da ideia e significado de um qualquer lugar. Nesse campo, o *espírito de um lugar* deve ajudar-nos a incorporar o espírito dos tempos, ajudando a consciencializar que cada época não é mais ou menos importante que as que a precedem, e que o esforço de permanência dos lugares constitui murmúrio de que o mundo irá continuar, e que o tempo desempenhará bem o seu papel, conosco ou com outros (MONNIER, 2019, p. 218). Aquilo que se procura, em qualquer projeto, é saber qual o justo equilíbrio entre a preservação de um legado e a legitimidade para lhe adicionar algo, que resulte numa deposição positiva de valor acrescentado. Na intervenção sobre a paisagem, os argumentos podem ser deveras complexos pois, se na génese de um projeto pode estar a transformação de uma imagem, de uma complexidade de relações, noutras casos, pretende-se atingir uma idealidade que nunca existiu ou que nunca esteve na linha da evolução



natural daquele território. Por vezes, sendo arautos de uma campanha de recriação de espaços naturais nativos, com recurso a espécies endógenas, estamos apenas a introduzir variantes de biodiversidade, baseadas em novas fitossociologias, de base humana, talvez imaginando que remetemos para um passado perdido, quando na verdade estamos apenas a abrir oportunidades distintas de construção do futuro. A circunstância de existirem espécies, ou determinadas características e genótipos numa região particular, não assegura que a sua reprodução leve a uma qualquer reposição de diversidades ou atmosferas perdidas, que estamos longe de saber se sequer se justificam. A intervenção numa qualquer paisagem deve ensaiar, sempre, a manutenção de uma memória do lugar, sem pudor de recorrer ao novo, estabelecendo equilíbrios entre a história e a evolução natural das coisas (ERRICO, 2012, p. 17).

Na perceção mais imediata e fácil do espaço vemos a paisagem como algo que, na sua aparente agradabilidade, pode ser usufruído como local de contemplação e de repouso. Nesse aspeto, os vários elementos que formam a nossa conceção de paisagem podem ser lidos como uma pauta harmoniosa que suscita uma sinfonia para os sentidos. Numa ótica contemplativa, a paisagem é indutora de um deleite experienciável – o *agrément* reescrito pela mais recente teoria francesa da paisagem, já revolucionada pelos discursos irreverentes de Bruno Latour (LATOUR, 1999), ou do ‘*Contrat Naturel*’ de Michel Serres (SERRES, 1990) –, com diferentes níveis de intensidade, podendo mesmo, nalgumas condições e circunstâncias, ser objeto de exaltado *arrebato* (CAUQUELIN, 2008, p. 89). Mas, há ainda outras realidades que importa valorizar, como o caso das ilhas ou cápsulas do tempo, referidas por Gilles Clément no seu Manifesto da Terceira Paisagem (CLÉMENT, 2007), dando testemunho de biodiversidades urbanas autónomas, redescobertas em terrenos baldios, em parques ou em jardins, ensaiando novas experiências paisagistas, admitindo arbitrariedade e revelando na sua genuidade a herança da obra artística ‘*Time Landscape*’, instalada em *lower Manhattan, NY* – *earthwork* de Alan Sonfist – datada de 1972.

Paulatinamente, consagrou-se a aceitação do território como um palimpsesto. No caso da arqueologia, é precisamente o material resguardado da erosão do tempo que pode ser analisado através de uma hierarquia de camadas e dar contributo decisivo e fundamental para ações e testemunhos ocorridos em tempos idos. Nesse prisma, os territórios incorporam estratificações de signo, de memórias, de resquícios de passado, que os tornam palimpsestos *vivos* que ajudam a recriar e a reproduzir acontecimentos e modos de vida anteriores (BOCCHI, 2010, p. 64).

Outros testemunhos vivos ganharam igual importância com a visibilidade, já revelada, em *Suburbanisme*, por Sébastien Marot, que o próprio havia indiciado no prefácio da obra de André Corboz (CORBOZ, 2001).

No caso dos processos inerentes à valorização destes testemunhos, a arquitetura é muitas das vezes convocada para ajudar a fornecer instrumentos, e a ser um ator que introduz dados que ajudam a uma maior clarividência dos diferentes vestígios. A acumulação temporal de registos e de testemunhos não transforma o território num mero produto de consumo nem numa simples embalagem (CORBOZ, 2001, p. 228). O território deve constituir um palimpsesto que, no tempo presente, ao possuir restos e rastros de tempos idos, se transforma num recurso que permite uma escrita mais erudita e, certamente, muito mais clarividente e poderosa.

A relação com os territórios, hoje, é sobretudo uma relação com as paisagens. No campo disciplinar da arquitetura a aprendizagem e compreensão das paisagens reflete sensibilidades que começaram a ser renovadas a partir do início da segunda metade do século passado.

A aceleração impulsionada pelas descobertas e explorações científicas, e sobretudo pelas viagens extraplanetárias, que com o programa Apolo colocaram seres humanos no espaço, permitiram uma leitura visual e sensível do nosso planeta, em confronto com o Cosmos aparentemente estéril, que estava cientificamente acessível à data. Complementarmente, a emergência da renovação das disciplinas, da urbanística e das arquiteturas e do paisagismo, que estão cada vez mais integradas nas academias, faz com que se assumam como defensoras naturais da proteção e equilíbrio das geografias, e da física dos lugares e regiões.

É inegável que se exigiu, e se acabou por dar rumo, a uma progressiva estabilização das políticas e modos de governo, que fixaram as democracias do pós-guerra, e que, mais do que tudo, ofereceram estabilidade social para permitir uma reflexão cuidada sobre as próprias sociedades e as suas relações com o ambiente. Sem dúvida que tudo isso se acentuou um pouco mais tarde, com as sucessivas crises petrolíferas e com a tomada de consciência sobre o modelo predador de exploração de recursos, que precipitava o seu inevitável esgotamento.

Uma adequada gestão dos recursos, induzida por princípios sérios de sustentabilidade e em harmonia com a natureza, foi certamente um rastilho que continuará ser motivo de tensão latente e futura. Essa perspetiva de tornar sustentável o planeta é inequivocamente uma questão

que irá marcar todas as discussões que se avizinham sobre o território, sabendo-se que nenhuma profissão age isoladamente e os espaços que resistirem são de todos nós. Talvez por isso, poderemos ter diferentes formas, modos de ler e sentir o território, mas este é só um e precisa urgentemente, em muitos locais, de cuidados paliativos.

A transformação das paisagens pelas arquiteturas, em todas as suas escalas e modos de intervenção, serão cada vez mais os indicadores ideais para aferir a compreensão que vamos adquirindo dos espaços que habitamos. O habitat humano é, como sempre foi, independentemente da consciência social e política, o verdadeiro indicador da qualidade de vida, mas é também hoje, incontornavelmente, à luz de todas as ciências e modos de pensamento, refém dos equilíbrios vários dos habitats como um todo, e do planeta como um sistema natural artificializado pelo homem — o jardim planetário, que é registo cultural. Neste delicado processo, só com uma apropriada articulação de saberes disciplinares aplicada a contextos alargados, que interagem com os sistemas ambientais e produtivos, humanos ou naturais, se pode permitir olhar os territórios como áreas de atuação disciplinar, enquanto paisagens, sejam estas, ou não, de proximidade.

Em arquitetura, o território é e será sempre uma questão em aberto.

Bibliografia

ASCHER, François. **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.

BERQUE, Augustin. **La Pensée Paysagère**. 3ª edição. Bastai: Éditions Éoliennes, 2018.

BOCCHI, Renato. Strutture narrative e projeto di paesaggio. Trace per un racconto. In: MARINI, Sara; BARBIANI. **Il palimpsesto paesaggio e la cultura progettuale**. Macerata: Quodlibet, 2010, pp. 61-72.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008.

CLÉMENT, Gilles. **Manifesto del Tercer Paisage**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2007.

CORBOZ, André. **Le Territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Les Éditions de L'Imprimeur, 2001.

CORNER, James. **Recovering Landscape**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1999.

DOMINGUES, Álvaro. A Paisagem Revisitada. **Finisterra**, Revista Portuguesa de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, volume XXXVI, nº 72, pp. 55-66, 2001.

ERRICO, Maria Gabriela. **L'Identità del Paesaggio**. Nápoles: Massa Editore, 2012.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspetiva, 1994.

MACHADO, Antonio. **Campo de Castilla**. S/l: Editorial Literanda, 2012 (reedição da obra original de 1912).

MAROT, Sébastien. **Sub-Urbanisme And The Art of Memory**. Londres: AA Publications, Architectural Association School of Architecture, 2003.

MATEO, Josep Lluís. **Natural Metaphor: An Anthology of Essays on Architecture and Nature**. Architectural Papers III, ACTAR, Barcelona/Nova Iorque, ETH Zurich, 2007.

LATOUR, Bruno. **Politiques de la nature**. Paris: La Découverte, 1991.

McHARG, Ian L. **Design With Nature**, Garden City, New York: Doubleday/Natural History Press, 1971.

MONNIER, Alain. **L'Esprit des Lieux**. Villeneuve-d'Ascq: Éditions Flammarion, 2019.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Architecture: Presence, Language and Place**. Milão: Skira Editore, 2000.

PANOFSKY, Erwin. **A Perspectiva como Forma Simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

PASCOAIS, Teixeira de. Prefácio. In: BESSA-LUÍS, Agustina, **Mundo Fechado**. Lisboa: Guimarães Editores, 2005 (reedição da obra original, impressa em Coimbra pela editora Mensagem em 1948).



PÉRIGORD, Michel; DONADIEU, Pierre; BARRAUD, Régis. **Le Paysage**. 2ª Edição. Paris: Armand Colin. 2012.

RIVAS SANZ, Juan Luis de las. **El Espacio Como Lugar: sobre la natureza de la forma urbana**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones: Universidad de Valladolid, 1992.

ROGER, Alain. **Court traité du paysage**. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

ROSSI, Aldo, **A Arquitetura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.

SERRES, Michel. **Le Contrat Naturel**. Paris: François Bourin, 1990.

SMITHSON, Robert. **The Collected Writings**. Berkeley: University of California Press, 1996.

ZEVI, Bruno, **Saber ver a Arquitetura**. 2º edição portuguesa. Lisboa: Arcádia, 1977.

Recebido em 2020-05-31

Aprovado em 2020-06-29

Publicado em 2020-07-15